

Vivianne Ribeiro Valença

vivianne.valenca@gmail.com

**Apontamentos sobre a formação de Ecomuseus no
Brasil**

Resumo

Este artigo aborda sobre a formação de ecomuseus no Brasil, trazendo apontamentos e perspectiva inicial de como esse modelo conceitual de museu surgiu no país, como foi pensado, discutido e criado, e quais são as influências e motivações do uso do termo para as diferentes iniciativas pesquisadas. Realizamos um breve mapeamento das instituições denominadas de ecomuseu, levantamento quantitativo e analisamos os dados a partir dos anos de criação. O processo de formação de ecomuseus no Brasil adquiriu contornos próprios, respeitando os elementos que identificam o ecomuseu - território, patrimônio e comunidade, criando suas diferentes formas de saber e fazer ecomuseus. Consideramos que é possível falar em uma “ecomuseologia brasileira”.

Palavras-chave

Ecomuseu; Brasil; Ecomuseologia Brasileira.

Nota biográfica

Vivianne Ribeiro Valença é doutoranda no programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pernambuco, graduada em licenciatura plena em História pela UNICAP. É a coordenadora do Museu do Cárcere e museóloga do Ecomuseu Ilha Grande da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Atua e tem interesse principalmente nos seguintes temas: Ecomuseu, museu, museologia, sociedade e desenvolvimento, meio ambiente, antropologia, turismo e patrimônio.

Abstract

This article deals with the formation of ecomuseums in Brazil, bringing notes and initial perspective of how this conceptual model of museum emerged in the country, how it was thought, discussed and created, and what are the influences and motivations of using the term for the different initiatives surveyed. We carried out a brief mapping of the institutions called ecomuseum, quantitative survey and analyzed the data from the years of creation. The process of formation of ecomuseums in Brazil acquired its own outlines, respecting the elements that identify the Ecomuseum - Territory, heritage and Community creating its different ways of knowing and making ecomuseums. We believe that it is possible to speak of a “Brazilian ecomuseology”.

Keywords

Ecomuseum; Brazil; Brazilian ecomuseology.

Biographical note

Vivianne Ribeiro Valença is a PhD student in the Post-graduation programme in Museology and Heritage at the Federal University of the State of Rio de Janeiro - UNIRIO, Master in Anthropology by the Federal University of Pernambuco - UFPE; Specialist in Afro-Brazilian History and Culture from the Catholic University of Pernambuco - UNICAP; Bachelor in Museology from the Federal University of Pernambuco, graduated in full degree in History from UNICAP. She is the coordinator of the Museu do Cárcere and museologist of the Ecomuseu Ilha Grande of the State University of Rio de Janeiro - UERJ. She works and is mainly interested in the following themes: Ecomuseum, museum, museology, society and development, environment, anthropology, tourism and heritage.

Introdução

Desde a década de 1970, o modelo conceitual de ecomuseu, nascido de uma realidade francesa, tornou-se um emblema de identidade comunitária e transformação socioambiental que se disseminou pelo mundo, entre países como Portugal, China, Itália, México e Moçambique e, de forma peculiar, no Brasil, atuando em diferentes frentes, com características próprias de relacionar com suas memórias, territórios e patrimônios.

Os ecomuseus apresentam diferentes fluxos, dinâmicas e processos que são construídas em coletividade e em integralidade numa “ecologia de saberes e fazeres” que se torna ferramenta essencial do que denominamos de Museu Integral em sua plenitude. Apresentamos neste artigo alguns apontamentos sobre a criação de ecomuseus no Brasil e suas características, no intuito de conhecermos diferentes iniciativas, experiências e processos comunitários, contribuindo para o conhecimento, discussão e ampliação de produções sobre este modelo conceitual de museu.

O presente artigo é resultado parcial dos estudos desenvolvidos para a minha tese de doutorado “Ecomuseu Ilha Grande: (Re)pensando conceito, dinâmicas e práticas de um território musealizado”, do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio –

PPGPMUS, UNIRIO- MAST, sob orientação da Prof. Doutora Tereza Scheiner.

1. Início do processo de formação de ecomuseus no Brasil

Podemos organizar o processo de formação de ecomuseus no Brasil a partir de dois eixos principais que influenciaram a constituição, reflexão sobre o tema e atuação no país. São eles: Os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários e as iniciativas pioneiras, mapeadas a partir da pesquisa, que se tornaram disseminadoras do “saber e fazer” ecomuseus no Brasil.

Os Encontros Internacionais de Ecomuseus (EIE) realizados no país tiveram como objetivo discutir e refletir sobre os ecomuseus em todas as suas dimensões, processos e práticas, desenvolvendo debates e trocas entre diferentes comunidades, representantes de diversas áreas acadêmicas, e instâncias públicas, que contribuiriam para configurar o cenário ecomuseológico brasileiro. Foram realizados cinco encontros, cada um com suas especificidades e processos de discussão.

O I EIE foi realizado em 1992, no Rio de Janeiro, e teve como objetivo principal trazer a proposta do ecomuseu como alternativa de desenvolvimento sustentável influenciado

pelas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, e estudar a possível implantação do primeiro ecomuseu da cidade do Rio de Janeiro, que foi chamado de Ecomuseu de Santa Cruz.

O II EIE foi realizado em 2000, no Rio de Janeiro, e teve como tema “Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável”. Discutiu as bases de uma reflexão relativa ao caráter sustentável das iniciativas museológicas de cunho comunitário e apoiadas sobre o patrimônio local. Nesta ocasião, foram tratados os objetivos, as estratégias, os métodos de participação e o conceito de museu educador-libertador.

O III EIE foi realizado em 2004, no Rio de Janeiro, com o tema "Comunidade, Patrimônio compartilhado e Educação", e teve como objetivos apresentar e organizar coletivamente um projeto de guia prático dos métodos de gestão participativa considerando sua concepção, execução, relação com o desenvolvimento e avaliação para os ecomuseus e museus comunitários e a proposta de criação da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC).

O IV EIE foi realizado em 2012, no Estado do Pará, e teve como tema “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento

Local”. Buscou sensibilizar a comunidade museal para os processos museológicos protagonizados pelas comunidades, por uma partilha de experiências entre profissionais, voluntários, pesquisadores, estudantes e observadores, focando na prática como ferramenta de produção e democratização do fazer museológico.

O V EIE foi realizado em 2015, no Estado de Minas Gerais, com o tema “Iniciativas museológicas comunitárias: construindo caminhos para o bem-viver”. Teve como proposta compreender como essas instituições museológicas contribuem para o bem viver, além de verificar como se organizam, se financiam e colaboram para a preservação do patrimônio cultural e a consolidação das iniciativas museológicas brasileiras de base comunitária.

Os EIE fortaleceram as reflexões e apontaram caminhos para compreendermos as diferentes vertentes de discussões e formações deste modelo conceitual de museu no país. Estes encontros impactaram e influenciaram diretamente sobre o pensar e fazer ecomuseus no Brasil, contribuindo decisivamente para o que iremos chamar de pensamento ecomuseológico brasileiro.

2. Mapeamento dos ecomuseus no Brasil

No intuito de compreendermos o cenário ecomuseal brasileiro, realizamos um levantamento do quantitativo e análise do processo de criação de museus que se autodenominam e utilizam o termo ecomuseu.

O estudo dos dados levantados foi estruturado a partir de quatro análises: 1ª - Análise quantitativa por região; 2ª - Análise do ano de criação; 3ª - Principais motivações de utilização do termo ecomuseu.

2.1. Análise quantitativa por região

A partir da análise quantitativa é possível ter uma noção da quantidade de ecomuseus criados no Brasil. Embora já se tenham realizado alguns levantamentos anteriores de iniciativas de ecomuseus e museus comunitários no país pela ABREMC, pela Rede de Museologia Social e alguns trabalhos acadêmicos, não existem, até ao momento, dados atualizados, analisados e publicados, especificamente sobre os ecomuseus.

A partir da Fig. 1, é possível ter uma noção da distribuição da quantidade de ecomuseus no

Brasil por região e analisarmos os dados levantados.

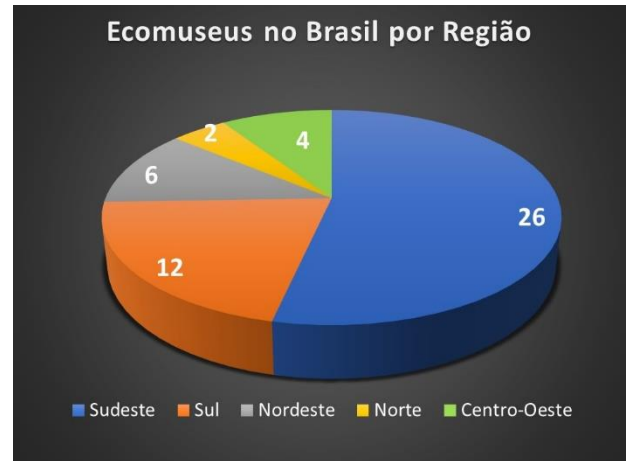


Fig. 1 – Ecomuseus no Brasil por região. ©Vivianne Valença.

A região Sudeste concentra mais de metade dos ecomuseus no Brasil. Com 26 ecomuseus, evidencia uma enorme diferença relativamente às demais regiões. O Sul aparece em segundo lugar, com 12 ecomuseus. Por sua vez, o dobro do registrado no Nordeste, que aparece em terceiro lugar. Uma possível explicação para esses números poderá relacionar-se com o processo histórico de ocupação territorial brasileiro, o reconhecimento patrimonial, a densidade demográfica, a urbanização e organização social, principalmente presente na região Sudeste. O Rio de Janeiro é o estado que mais possui ecomuseus em todo o país.

Todavia, é importante registrar que o gráfico relativo à distribuição de ecomuseus reproduz, de certa forma, a situação de dispersão geográfica dos museus pelas regiões e estados

brasileiros, conforme se visualiza no mapa da Fig. 2.



Fig. 2 – Mapa da dispersão geográfica dos museus brasileiros em 2010 (IBRAM, 2014).

A primeira vertente explicativa para esse resultado seria pela influência do primeiro Curso de Museologia criado no país, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que foi e é responsável por pesquisas e debates sobre a ecomuseologia, através dos trabalhos de professores e seus alunos, na discussão de modelos conceituais de museus, dando destaque aos ecomuseus e museus de território, bem como aos museus comunitários. Destacamos as discussões nos cursos de museologia e do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da UNIRIO/MAST. É importante lembrar que até 2004 o Brasil contava com apenas dois cursos de museologia: na UNIRIO e na

Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), surgiu a proposta de criar, entre outros, o curso de museologia em outras instituições públicas.

A segunda vertente seria o pioneirismo da discussão acadêmica e profissional desenvolvida no I EIE, onde se discutiu sobre os ecomuseus, organização e participação comunitária, meio ambiente e ações locais, entre vários outros temas, a nível internacional. Essas reflexões e experiências se articulavam entorno da proposta de criação do primeiro ecomuseu no Rio de Janeiro, o Ecomuseu de Santa Cruz. Este foi, sem dúvida, um grande espaço de contribuição sobre o tema e aproximação de comunidades organizadas que almejavam a valorização das suas memórias, patrimônios e território. A criação e existência do Ecomuseu de Santa Cruz - a partir da mobilização da comunidade organizada através do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (NOPH) e o apoio da prefeitura do Rio de Janeiro (que acabou encampando e institucionalizando o Ecomuseu) – foi uma forte influência para outras comunidades e serviu de modelo para a criação de outros tantos ecomuseus por todo o Brasil.

A segunda região do Brasil que apresenta maior quantidade de ecomuseus é a Região Sul. Santa Catarina possui 6 e Rio Grande do Sul 5

ecomuseus. Estes números se relacionam com a mobilização de algumas comunidades para a preservação de sua memória e patrimônio histórico, que vem de longa data, articuladas por alguns profissionais da área influenciados pela ecomuseologia ou pela museologia social. É estranho que o estado do Paraná possua apenas um ecomuseu – o Ecomuseu de Itaipu, o primeiro do Brasil. Por esse pioneirismo, se esperava que exercesse uma influência em outras comunidades, em seus processos organizativos e museológicos. Não obstante, parece que isso não ocorreu. Possivelmente explicado pelo fato de que este primeiro ecomuseu resultou de uma demanda empresarial e não de um processo de luta ou mobilização a partir das bases comunitárias locais.

A terceira é a Região Nordeste, com 6 ecomuseus, destacando o Estado do Ceará com 3, seguido de Alagoas, Maranhão e Piauí, com apenas um ecomuseu cada. Os números do Ceará podem ser explicados pela crescente atuação de historiadores e profissionais que estudam e atuam em museus – grupos organizados que trabalham com memórias locais, sejam indígenas, pescadores ou artesãos. Entretanto, é de se estranhar que a Bahia, onde há o segundo curso mais antigo de graduação em museologia do Brasil, não conte com nenhum ecomuseu registrado com esta denominação. Também nos estados de

Pernambuco (que conta inclusive com pós-graduação cujo tema é Museus, Identidades e Comunidades) e Sergipe. Isso pode representar, por um lado, o pouco destaque da ecomuseologia e, por outro, a influência da museologia social na região Nordeste, tendo enfatizado o fortalecimento dos processos de criação e consolidação dos museus comunitários em suas variadas formas e denominações. Não obstante, esta investigação foge aos limites do presente estudo.

A quarta região é a Centro-Oeste, destacando o Distrito Federal que também se justifica pela influência do curso de graduação em museologia da Universidade de Brasília (UNB), que promove a articulação com alguns processos organizativos das comunidades locais e/ou relacionados com a atuação de alguns de seus docentes.

Por fim, a região que tem menos ecomuseus é a Região Norte e os dois registros ocorrem no estado do Pará. Mais uma vez, neste caso, parece que a existência do bacharelado em museologia na Universidade Federal do Pará (UFPA) tem uma importância na criação desses ecomuseus, bem como de outros museus comunitários, além da capacidade de organização das comunidades locais.

2.2. Análise a partir do ano de criação

Nas décadas de 1980 e 1990, tivemos os “ecomuseus pioneiros” no Brasil, que desbravaram um “terreno” ecomuseológico desconhecido, que puseram em prática ideias trazidas da Europa. Os primeiros ecomuseus possuíam uma característica que tinha forte influência europeia, a partir das experiências do Ecomuseu do Creusot na França, das ideias de Hugues de Varine e de George Riviére, e que serviram de exemplo para que os demais pudessem criar outros ecomuseus. Havia ainda uma forte preocupação com a ecologia e a preservação do meio ambiente.

Em 1987 foi criado o Ecomuseu de Itaipu, considerado como o primeiro ecomuseu brasileiro e da América Latina, a partir de um projeto encomendado por uma grande empresa estatal a Itaipu Binacional – responsável pela gestão da Hidrelétrica de Itaipu.

O Ecomuseu de Itaipu foi criado por meio de um processo tradicional, um projeto da museóloga Fernanda Camargo Moro. Pretendia-se associar a imagem da empresa com a preocupação da preservação ambiental, ou como a própria definia, “museologia ambiental”. Essa proposta era fundamentada nas ideias apresentadas por Hugues de Varine,

que tornou-se referência para os Ecomuseus brasileiros criados a partir das iniciativas comunitárias. Entretanto, aquilo que significa Ecomuseu no Brasil foi se configurando em modelos próprios de reflexão e atuação.

Segundo Varine (1987), o ecomuseu assegura as funções de coleta, pesquisa, conservação, interpretação, apresentação e explicação de um conjunto coerente de elementos naturais e culturais, representativos de um meio ambiente. Exprime as ligações entre o homem, sua obra e a natureza, ao longo do tempo e do espaço, em relação a um determinado território, e abrange todos os bens de interesse científico e cultural, reconhecidos e representativos do patrimônio da região.

Em 1988 foi criado o Ecomuseu da Fazenda Boa Vista, que, de acordo com os seus responsáveis, seria o segundo ecomuseu brasileiro, localizado no município de Roseira, no Vale do Paraíba Paulista, numa antiga propriedade que foi engenho de açúcar no final do século XVIII e fazenda cafeeira no século XIX. Em 20 de março de 1978, por decreto do governo federal, a fazenda Boa Vista foi transformada em Refúgio Particular de Animais Nativos e em uma reserva ecológica. Ambos integram a área sob proteção ambiental de Roseira Velha, criada pela Prefeitura Municipal de Roseira e a área sob proteção especial da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O acervo é

constituído por móveis, pinturas, esculturas, enfim, objetos diversos do patrimônio da Fazenda Boa Vista e das famílias Trannin, Pasin e Paula Santos.

A década de 1990 representou a grande emergência e discussão sobre ecomuseus de forma mais direta e reflexiva. O debate em torno das questões ecológicas e da necessidade de preservação do meio ambiente torna-se cada vez mais amplo, culminando com a realização da Rio 92. Há uma junção entre a preocupação ambiental e os movimentos sociais, que integram as bandeiras de saneamento básico, saúde, melhoria das condições de vida e de reconhecimento de suas demandas locais de forma integrada com o global. A defesa da sua identidade e da preservação de seu patrimônio cultural, histórico e ambiental também são destacadas. Esse momento, de crescimento, tem uma influência direta a partir dos encontros de discussão sobre ecomuseus, tendo como referência a criação do Ecomuseu de Santa Cruz, que impulsionou novas iniciativas preocupadas com a comunidade do seu território. Esses seriam o que propomos denominar “ecomuseus disseminadores”, que serviram de exemplo e tornaram-se agentes consultores de outras iniciativas e processos museológicos que aderiram a denominação de ecomuseu e que têm um caráter explicitamente comunitário. Nos permitem

identificar essa década como um momento de efetiva implantação da ideia de ecomuseu no Brasil. Essa década marca o início do pensamento ecomuseológico brasileiro, que agregou profissionais nacionais e internacionais para discutir a temática a partir de encontros internacionais de ecomuseus, conforme referido.

O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz (ou simplesmente Ecomuseu de Santa Cruz, como é conhecido) foi criado pela Lei nº 2453 de 1995 e integra a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Foi o primeiro ecomuseu do Estado do Rio de Janeiro e o mais conhecido e emblemático dos ecomuseus criados na década de 1990. A sua origem remonta a 1983, a partir da criação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH), liderado por Odalice e Walter Priosti articuladores e militantes ligados a história, memória e educação. Coube ao NOPH a articulação com a comunidade no processo de criação do Ecomuseu de Santa Cruz desde o final da década de 1980.

Em 1997, foi criado o Ecomuseu de Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. Este é um caso curioso. O museu foi criado originalmente, em 1971, como um museu tradicional, privado, voltado para a preservação do patrimônio local na comunidade de Ribeirão da Ilha, até que em

meados da década de 1990, a partir da aproximação com o meio acadêmico, com o poder público e possibilidade de captação de recursos, os responsáveis optaram por alterar a denominação para ecomuseu, demonstrando que tenha sido influenciado pelas discussões e modelos já criados no país.

Neste mesmo ano, foi criado o Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental, que tem caráter privado e está localizado no município de Chapecó. Atualmente desenvolve o Programa de Educação Ambiental da Prefeitura de Chapecó através de projetos que envolvem entidades sociais e ambientalistas e escolas das redes pública e privada, visando a melhor qualidade de vida para os cidadãos.

Em 1998 foram criados o Ecomuseu do Cerrado e o Ecomuseu da Ilha da Pólvora e, em 1999, foi criado o Ecomuseu Rural de Barra Alegre /Instituto da Imagem e Cidadania.

O Ecomuseu Ilha Grande teve início em 1999, com apresentação e discussão do projeto original com a comunidade local, associações de moradores, setores da universidade, órgãos ambientais, organizações não-governamentais (ONG) e outras instituições. Em 2007, foi oficialmente criado pela reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui 4 núcleos: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e

Centro Multimídia. O Ecomuseu Ilha Grande é um ecomuseu e um museu universitário, cuja missão é incorporar a comunidade como sujeito do processo de conservação e desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande, por meio da preservação, pesquisa, valorização e difusão da história, memória, cultura e identidade locais, bem como do patrimônio natural, material e imaterial, promovendo a reflexão e a ação consciente.

2.3. Anos 2000, expansão e consolidação

A partir dos anos 2000 constata-se um grande aumento no número de ecomuseus no Brasil. Do total de 50 ecomuseus, 43 foram criados a partir deste ano.

A década de 2000/2009 representou a maior quantidade de criação de ecomuseus no país, merecendo destaque os anos de 2006 a 2009. A grande quantidade de criação de ecomuseus no país tem clara relação com três processos paralelos:

1. O acúmulo dos movimentos sociais, em virtude da luta e organização por determinadas comunidades desde a década de 1980 e que, em alguns casos, se afirma numa agenda

cultural ampla, com afirmação de identidade e preservação da memória e patrimônio local;

2. A definição de uma política cultural mais abrangente respeitando a diversidade cultural e a valorização da participação política das comunidades, que foi desenvolvida pelo governo de Luiz Inácio da Silva – Lula vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003 até 2011. Teve como proposta implantar um modelo de gestão do Estado mais presente e participativo na sociedade chamado em seu governo de “Cultura como Política de Estado”. Neste sentido, destacamos a criação da Política Nacional de Museus (2003), a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, e seus projetos, como o Pontos de Memória e Cultura, que reforçou as possibilidades democráticas para os museus existentes e para a criação e institucionalização de iniciativas e processos museológicos de base comunitária;

3. Relacionada ainda com a segunda, a ação militante de profissionais de museus em defesa da ecomuseologia e da museologia social, numa perspectiva do museu enquanto instrumento de transformação social. É o caso da criação da Rede de Museologia Social no Estado do Rio de Janeiro que tem como objetivo promover a conexão e a troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam

no campo da memória, patrimônio e cultura. Surge com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social, integrando e dando voz às diversas iniciativas e narrativas históricas que compõem o Rio de Janeiro.

É possível afirmar que foi no período entre 2006 e 2009 que mais foram criados ecomuseus no Brasil, com pelo menos 16 novos ecomuseus. Tal período representaria um momento de acúmulo de experiências ecomuseológicas e comunitárias, a partir dos movimentos sociais e organização das comunidades. Trata-se do processo de redemocratização, de afirmação das lutas sociais por direitos, reconhecimento de suas demandas e afirmação de identidades locais, iniciado ainda ao final na ditadura militar e que avançou após a Constituição de 1988.

Até 2003 havia uma ausência de política federal que orientasse a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, em relação ao setor museal. Inexistiam instrumentos legais para o setor, resultando na carência de informações da realidade museal brasileira, dificultando a sua consolidação nas agendas de políticas setoriais e na criação da sua própria política.

A redefinição da noção de políticas culturais foi essencial para o desenvolvimento de iniciativas museológicas mais democráticas e que

visassem a adoção de abordagens participativas na ampliação do conceito de cultura. Foi desenvolvida a partir de um olhar antropológico, que incluía não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças, a interdependência das políticas nos campos da cultura, da educação, das ciências e da comunicação e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento (Partido dos Trabalhadores, 2002).

Como destacamos, os museus foram ganhando espaço, refletindo no fortalecimento das instituições de memória, na organização e sistematização do cenário museológico brasileiro. Isso se deu com a criação e desenvolvimento da Política Nacional de Museus já citada, que incidiu na construção do Sistema Nacional de Museus (SNM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), Estatuto de Museus, culminando na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC) em 2009. (Valença, 2014)

A Política Nacional de Museus (PNM) é pautada por sete princípios orientadores e sete eixos programáticos. Cada eixo possui, ainda, entre quatro e oito subitens. A construção da PNM contou com ampla participação de representantes da área de museus e de áreas afins. O lançamento da PNM em 2003

representou a concretização das linhas anunciadas da política cultural do governo Lula, o que, por sua vez, significou uma mudança de postura do Ministério da Cultura, que passou a adotar uma política abrangente para contemplar todos os museus brasileiros, independentemente da sua vinculação institucional.

Foram adotados sete princípios orientadores para a elaboração da PNM:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais;
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local;
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos

técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado;

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural;
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização;
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades (Ministério da Cultura, 2003: 9).

O conjunto dos princípios deixa evidente o caráter democrático que se pretendia adotar para a gestão dos museus no Brasil, buscando unificar e consolidar uma política de Estado para essa área. Ressaltamos os princípios 4, 5 e 7 que explicitam a importância da participação das comunidades organizadas na gestão do patrimônio cultural – entendido como pertencente a elas próprias – ao lado de gestores e técnicos. E incentiva abertamente a organização e criação de ecomuseus e museus comunitários, ao lado de outros modelos participativos, como sujeitos do processo de

preservação e gerenciamento do patrimônio cultural no Brasil (Valença, 2014).

O IBRAM surge com a missão de construir e organizar os anseios da comunidade museológica que iam desde melhorias de infraestrutura das instituições, articulação e intercâmbio institucional, ampliação e democratização de acesso do público e pelo aprimoramento dos sistemas de informação, até a batalha pelo direito à memória, garantindo o empoderamento social daqueles que historicamente foram considerados subalternos e expropriados do direito de narrar suas próprias histórias e construir seus próprios patrimônios. Com isso, o IBRAM atua como mediador dessas demandas reunindo recursos para transformar, progressivamente, o panorama museológico brasileiro (Ferreira, 2010).

O IBRAM investiu na criação do Programa Pontos de Memória, visando à formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social. O programa reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte

integrante e indispensável da memória social brasileira¹.

Iniciou-se uma mobilização nacional, envolvendo gestores, coordenadores, dinamizadores de processos museológicos desta vertente, bem como especialistas da museologia brasileira, e se concretizou a partir da criação de uma representação nacional que constituiria o Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)², a chamada Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC).

A ABREMC foi fundada no âmbito do III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, no Rio de Janeiro (Santa Cruz) em 15 de setembro de 2004. Surge de uma articulação comunitária liderada por Odalice Priosti para tentar preencher uma representação nacional dos ecomuseus e museus comunitários. Este encontro representou o amadurecimento de discussões que se iniciaram com o I EIE, em 1992, e seguiram no II EIE, no ano 2000, que se desdobram numa importante articulação com atores e instituições filiadas às “novas museologias” e tornou-se uma demanda dos ecomuseus, museus comunitários, museus

territórios e similares como forma de afirmação e valorização na área dos museus no país.

Cabe destacar sua atuação como incentivadora da formação de ecomuseus e outras diferentes formas de museus comunitários. Uma das características dos ecomuseus brasileiros é a diversidade e ação criativa. Cada um nasce de acordo com suas características locais e os desejos da comunidade. A ABREMC procura dar uma orientação geral, mas a ideia fundante é a comunidade local ser protagonista desse processo, de preferência participando de uma gestão compartilhada.

Para Priosti (2010), a criação da ABREMC demonstra uma maior receptividade e mesmo o reconhecimento de processos museológicos comunitários em situação de igualdade aos demais museus.

Portanto, não há dúvida de que as duas primeiras décadas do século XXI foram as de grande expansão e consolidação dos ecomuseus no Brasil. Não obstante, esse processo não foi efetivamente nacional ou homogêneo, pois teve uma grande concentração no sudeste, sul e parte do nordeste. Embora a preocupação ecológica esteja presente, objetivamente, foi a busca de

¹ Portaria n.º 315, de 6 de setembro de 2017.

² Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013. No artigo 19 no artigo 5º Parágrafo 1º, de 05 de novembro de 2004 que institui o SBM. É regulamentado pelo Decreto n.º

8.124, de 17 de outubro de 2013. No artigo 19 no artigo 5º. Parágrafo 1º., “XI um (representante) de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários.”

afirmação de uma identidade, da preservação da memória, de um modo de vida e o desenvolvimento local que motivou a criação de ecomuseus neste período. Cabe observar ainda a importância do apoio dos poderes públicos e universidades nesse processo.

3. Principais motivações de utilização do termo ecomuseu

Foi possível identificar diferentes razões, concentradas em quatro motivações principais de criação:

1. Utilizam o termo a partir do conceito de ecomuseu inspirado na proposta de museu e patrimônio integral, interligando os conceitos de comunidade, patrimônio e território. Neste caso, trata-se de uma opção teórica-conceitual e demonstra a influência de um museólogo na sua formação. É o caso da maioria dos ecomuseus no Brasil;
2. Escolhem o termo ecomuseu por questões ambientais, influenciados pelo substantivo “eco” – a partir de sua relação com o meio ambiente, tendo como referência a ecologia e a preservação ambiental. É o exemplo do Ecomuseu de Itaipu e do Ecomuseu

Laboratório Interativo de Educação Ambiental;

3. Empregam o termo por questões políticas e interesses institucionais. Como o caso do Ecomuseu de Ribeirão da Ilha;
4. Utilizam o termo para exaltar a participação comunitária e interesses coletivos vivenciados no cotidiano, com os seus saberes, suas relações de afeto, de poder e de luta nos processos de musealização e gestão compartilhada do patrimônio na finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos grupos culturais.

Os ecomuseus no Brasil, no que se referem a musealização do território, podem ser classificados em relação as iniciativas de criação que surgem a partir:

- Das comunidades organizadas que visam a valorização dos interesses coletivos, com o objetivo de preservar seu meio ambiente, cultura e memórias que o identifiquem no território e grupo. É o caso de ecomuseus criados como afirmação de identidade e valorização do território, como o Ecomuseu de Sepetiba e Ecomuseu de Manguinhos, Ecomuseu da Colônia Z3 (Pelotas), Ecomuseu do Maranguape e outros, que têm um cunho de base

comunitária, a favor do desenvolvimento das comunidades locais a partir de movimentos e redes de memória;

- De grupos de professores acadêmicos que conhecem o conceito e, por realizarem pesquisas no território ou junto à comunidade, a mobilizam para a preservação do lugar e suas memórias. É o caso do Ecomuseu Pedra Fundamental de Brasília;
- De órgão público municipal/estadual e federal. Podem ser criados (ou institucionalizados) por prefeituras municipais, como o Ecomuseu de Santa Cruz, ou o Ecomuseu da Amazônia;
- De iniciativa de universidades públicas, que se articulam com as comunidades locais, como o Ecomuseu Ilha Grande, pela UERJ, o Ecomuseu da Pólvora, pela UFRGS ou o Ecomuseu do Delta do Parnaíba, pela UFPI;
- De interesse privado (empresa ou pessoa física). Neste contexto, é possível identificar algumas variantes, como: o Ecomuseu de Itaipu, criado por uma empresa, a Itaipu Binacional; o Ecomuseu da Cultura do Vinho, criado por vitivinicultores de Bento Gonçalves, integrando o “Parque Temático do Vinho Dal Pizzol”; o Ecomuseu Univali, criado por uma universidade privada, a

Universidade do Vale do Itajaí; o Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes, criado por sua viúva; o Ecomuseu da Fazenda Boa Vista, criado a partir da iniciativa familiar.

Assim, podemos identificar diferentes motivações e formas de organização e, certamente, elementos singulares ao lado de comuns a todas as iniciativas mapeadas. Mas fica claro que há uma configuração peculiar na definição dos ecomuseus Brasileiros, com uma multiplicidade de agentes e características, mantendo a base comum da ação comunitária, do patrimônio e do território.

Considerações finais

No Brasil, o conceito e a criação de ecomuseus foi ganhando proporção, a ponto de chamar a atenção do próprio teórico do termo, Hugues de Varine, que considera que o Brasil está liderando o caminho e trazendo uma museologia própria, referindo-se ao país como um dos grandes líderes da nova museologia e apropriadores do termo e conceito de ecomuseu (Varine, 2013).

A partir dos apontamos apresentados, consideramos que é possível falar em uma “ecomuseologia brasileira”, ou seja, a apropriação da ideia de ecomuseu por um

conjunto de profissionais e lideranças de movimentos sociais no processo de construção museológica. O processo de formação de ecomuseus no Brasil adquiriu contornos próprios, mesmo que respeitando os elementos gerais que identificam a categoria “ecomuseu”. Muitos desses processos de

organização local tiveram motivações, atores e projetos distintos em vários pontos. A adoção do termo ecomuseu mostrou sua potência, importância e significado, considerando de forma ampla o seu papel aglutinador da comunidade, do patrimônio (seja ele histórico, cultural ou ambiental) e do território.

Referências

Chagas, M. (1987). *Museu: Coisa Velha, Coisa Antiga*. Rio de Janeiro: UNIRIO.

Ferreira, J. (2010). *Vontade de Museu, Vontade de Memória – Caminhos e Avanços do Panorama Museal Brasileiro. Política Nacional de Museus: Relatório de gestão 2003 -2010*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus.

Gil, G. (2003). *Discurso do Ministro Gilberto Gil no Seminário Cultura XXI, 20 de março de 2003, Fortaleza, Ceará*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=1529> (Consultado: 10/05/2020).

IBRAM (2014). *Audiência Pública Direito à Memória. Direito à Memória e seus Instrumentos de Gestão e Planejamento*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus.

Ministério da Cultura (2003). *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf

Moutinho, M. (1993). Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1(1), 7-9.

Moutinho, M. (2007). Definição evolutiva de Sociomuseologia. XII Atelier Internacional do MINOM. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28(28), 1-22.

Nascimento Junior, J. (2009). Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, 4, 148-162.

Nascimento Junior, J. (2010). *Museu – Lugar de Encontro, Espaço Público, Campo de Construção. Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003 -2010*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus.

Partido dos Trabalhadores (2002). *A Imaginação a Serviço do Brasil – Programa de Políticas Públicas de Cultura*. S. Paulo: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores.

Priosti, O. M. (2010). *Memória, Comunidade e Híbridação: Museologia da Libertação e Estratégias de Resistência*. Tese de Doutorado em Memória Social. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Rangel, M. F. (2012). Museologia e patrimônio: Encontros e desencontros. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 103-112.

Rivière, G. H. (1985). Definición evolutiva del ecomuseo. *Museum. Imágenes del ecomuseo. Museum* 148, XXXVII (4), 182-183.

Scheiner, T. C. (1998). *Apolo e Dionísio no Templo das Musas; Museu: Gênese, Ideia e Representações na Cultura Ocidental*. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Scheiner, T.C. (2012). Repensando o museu integral: Do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 15-30.

Soares, B. C. B. (2015). A invenção do Ecomuseu: O caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. *MANA*, 21(2), 267-295.

Song, X. (2005). How the theory and practice of ecomuseums enrich general museology. In: *Communication and Exploration. Guyang, China. Ecomusei del Trentino. Documenti di Lavoro*, 37-42.

Valença, V. R. (2014). *Qual o Museu Que Nós Queremos? A Relação Indivíduo-Museu no Processo Participativo do Museu da Abolição (2005-2013)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife: UFPE.

Valença, V. R. & Scheiner, T.C. (2019). *Musealização e patrimonialização na Ilha Grande: A experiência do Ecomuseu Ilha Grande*. [Em linha] Florianópolis: XX ENANCIB. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewFile/887/674>.

Valença, V. R. (2020). Apontamentos sobre a formação de Ecomuseus no Brasil. In P. M. Homem, M. Monteiro & M. E. Oliveira (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 09, pp. 117-135). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/9789728932824/en9a7>

Varine, H. (1987). *O tempo social*. Trad. e coord. Fernanda Camargo Moro e Lourdes Novaes. Rio de Janeiro: Eça.

Varine, H. (2013). *As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre: Medianiz.